

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

Ata da 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 28/06/2018

<i>Relação dos Membros dos Plenários – Presentes.</i>	
Entidade	Nome
AEJ	Jaime Ramiro
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Martim de França S. Ribeiro
	Paulo Roberto S. Tinel
Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone
CETESB	Adilson José Rossini
CIESP – DR Americana	p/ Alexandre Luis A. Vilella
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	p/ Alexandre Luis A. Vilella
CIESP – DR Jundiá	p/ Alexandre Luis A. Vilella
CIESP – DR Limeira	p/ Alexandre Luis A. Vilella
CIESP – DR Piracicaba	p/ Alexandre Luis A. Vilella
CIESP – DR Santa Barbara D'Oeste	p/ Alexandre Luis A. Vilella
CODEN	p/ Caroline Pavan L. de Lima
Consórcio PCJ	Francisco Carlos C. Lahóz
COPASA	Waldir Souza
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
FIESP	Alexandre Luís A. Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	Danilo Cezar Torres Chaves
IPSA	Waldemar Bóbbo
P.M. de Amparo	Laura Petri Geraldino
P.M. de Atibaia	Fabiane C. da Costa Santiago
P.M. de Camanducaia	Edmar Cassalho M. Dias
P.M. de Campinas	Rogério Menezes
P.M. de Capivari	José Luiz Cabral
P.M. de Extrema	João Batista da Silva
	Paulo Henrique Pereira
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Well
P.M. de Ipeúna	José Antonio de Campos
P.M. de Itapeva	Sidney José da Rosa
P.M. de Itirapina	Alípio Marques Junior
P.M. de Jarinu	Harry Nicolau Kowalscki
P.M. de Joanópolis	Mbatuya Medina
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M. de Louveira	Lidiane Nobre Alves
P.M. de Mairiporã	José Rafael Pinheiro Tostes
P.M. de Monte Alegre do Sul	p/ Adilson J. Crippa
P.M. de Monte Mor	p/ João Primo Baraldi
P.M. de Nova Odessa	p/ Caroline Pavan L. de Lima
P.M. de Piracicaba	Barjas Negri
P.M. de Rio Claro	Ricardo Pires Oliveira
P.M. de Rio das Pedras	Daniel Gonçalves
P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi
	Ariella M. de O. Montebello
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima
SAA	Sergio Rocha Lima Diehl

SABESP	Hélio Rubens Figueiredo Nilton Santana
Secretaria de Desenvolvimento Social	Ana Maria Leme da Silva Sampaio
Secretaria de Energia	Raphael Rodrigues Ferreira
Secretaria da Saúde	Luiz A. Buschinelli Carneiro
SINMEC	José Maria do Couto
SMA	Sandra Jules Gomes da Silva
SR Campinas	p/ João Primo Baraldi
SR Indaiatuba	p/ João Primo Baraldi
SR Limeira	Nilton Piccin
SR Monte Mor	p/ João Primo Baraldi
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SR de Salto	p/ João Primo Baraldi
SSRH	Luiz Roberto Moretti
Suprema	Franciscus Johannes Maria Schoenmak
UNICA	André Elia Neto
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
ABCON	Ana Paula Fernandes
ABES-SP	Luis Eduardo G. Grisotto
AEAN	Edmo José Stahl Caroso
Consórcio Piraí/ INEVAT	Francisco Moschini
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
P.M. de Piracicaba	José Rubens Françoso
SABESP	Antônio Carlos Teixeira
	Maurício Polezi
SRHQ/MMA	Julio Thadeu S. Kettelhut

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2018, nas dependências do Cine Teatro Fábio Andrade de Oliveira, em Extrema/MG, realizou-se a 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 96 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue:

5 Barjas Negri (Prefeito Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL e Presidente do Aglomerado Urbano de Piracicaba); José Maria do Couto (Vice-presidente do CBH-PJ1); João Batista da Silva (Prefeito Municipal de Extrema); Edmar Cassalho Moreira Dias (Prefeito Municipal de Camanducaia); José Antonio de Campos (Prefeito Municipal de Ipeúna); Carlos Alberto Lisi (Prefeito Municipal de Saltinho); Luiz

10

15

20



Ata da 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 28/06/2018

Roberto Moretti (Secretário-executivo do CBH-PCJ e
25 PCJ FEDERAL); Sidney José da Rosa (Secretário-
executivo do CBH-PJ1); Danilo Cezar Torres Chaves
(Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de
Gerenciamento de Recursos Hídricos do Instituto
Mineiro de Gestão das Águas – IGAM); e Sergio
30 Razera (Diretor-presidente da Agência das Bacias
PCJ). **2. Abertura:** Dando início à reunião, os
componentes da mesa tomaram seus lugares e todos
foram convidados a ouvirem e cantarem o Hino
Nacional Brasileiro. **2.1. Saudações iniciais dos**
35 **membros da mesa:** O Prefeito Municipal de
Extrema, João Batista da Silva, deu boas-vindas a
todos e destacou o projeto “Conservador das Águas”
de Extrema como referência de boa prática em gestão
de recursos hídricos, premiado inúmeras vezes ao
40 longo dos seus 13 anos de existência. Parabenizou os
Comitês pela busca de projetos tão significativos para
a sociedade e desejou bom trabalho a todos. Na
sequência, o Vice-presidente do CBH-PJ1, Sr. José
Maria do Couto agradeceu a presença e desejou bom
45 trabalho a todos. Posteriormente, o Diretor do IGAM
Sr. Danilo Chaves destacou a importância de
Extrema e de seus projetos para a produção da água,
valorizando a experiência dos Comitês PCJ e desejou
sucesso à reunião. O Prefeito Municipal de
50 Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, Barjas Negri, cumprimentou a todos e
ressaltou a importância das discussões no âmbito dos
Comitês PCJ, e a participação dos prefeitos,
desejando sucesso aos trabalhos a serem realizados
55 na presente reunião. **2.2 Cerimônia de assinatura de**
contrato: Na sequência, passou-se à cerimônia de
assinatura de contrato para elaboração do “Estudo de
viabilidade e anteprojeto de barramento do Ribeirão
Campestre no Município de Camanducaia/MG”. O
60 objetivo do contrato em questão é o levantamento de
informações e a avaliação da viabilidade de projeto
de barragem de contenção de cheias no Ribeirão
Campestre, com base no Termo de Referência,
Planilha de Orçamentos e Cronograma para
65 contratação do projeto executivo do barramento. O
valor do contrato é de R\$ 201.660,00 (duzentos e um
mil, e seiscentos e sessenta reais), com prazo de
execução pela Hidrostudio Engenharia Ltda. de 7
(sete) meses. A assinatura do contrato foi realizada
70 pelos senhores Edmar Cassalho Moreira Dias, Barjas
Negri, Sergio Razera e Ruy Juji Kubota
(representante da Hidrostudio Engenharia Ltda.). Na
sequência, com autorização dos Presidentes dos
Comitês PCJ, o Sr. Luiz Roberto Moretti, passou a
75 conduzir os trabalhos nominando as entidades
representadas na reunião, confirmando a existência
de quórum nos três comitês. **3. Informes: 3.1. da**
Secretaria Executiva (SE): O Sr. Moretti
comunicou que **a)** o 3º Vice-presidente do PCJ
80 FEDERAL, Sr. Julio Thadeu Kettelhut não pode estar

presente devido à realização de reunião do Conselho
Nacional de Recursos Hídricos na mesma data,
justificando sua ausência; **b)** parabenizou a Câmara
Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria
85 (CT-Indústria) dos Comitês PCJ, a Agência das
Bacias PCJ e o Banco Mundial/IFC 2030 Water
Resources Group, pela realização, no dia 15/06/18,
no Centro de Conhecimento das Águas/SANASA em
Campinas/SP, do Seminário “Perspectivas para
90 Reúso de Efluentes voltados à Indústria nas Bacias
PCJ”; **c)** a Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA)
dos Comitês PCJ realizará seu 3º Simpósio com o
tema “Avanços e Desafios nas Bacias dos Rios PCJ:
Outorga Digital, Impactos e Tecnologias
95 Disponíveis”, no dia 12/07/18, na Faculdade de
Tecnologia (FT/UNICAMP), em Limeira/SP. A
programação, bem como maiores informações estão
disponíveis no site dos Comitês PCJ. As vagas são
limitadas e o evento é aberto a toda comunidade; **d)** o
100 CBH-PCJ, o PCJ FEDERAL e o CBH-PJ1 foram
habilitados para participação nas Assembleias
Deliberativas que tiveram por finalidade indicar os
representantes do segmento dos “Comitês”, titulares e
suplentes, na assembleia do Conselho Nacional de
105 Recursos Hídricos (CNRH). As reuniões para
indicação ocorreram dia 21/06/2018, sendo eleitos,
com o apoio do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, o
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (RS) –
titular; Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo
110 (SP) – 1ª suplência; e, representando os Comitês de
Bacias interestaduais, o Comitê da Bacia
Hidrográfica do Rio São Francisco - 2ª suplência. O
Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, Secretário-
executivo do Consórcio PCJ, informou que o mesmo
115 foi eleito como titular do segmento “Consórcios”,
cuja representação é realizada pelo Sr. Marco
Antônio dos Santos, Vice-presidente do CBH-PCJ e
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; **e)** o
engenheiro civil Ricardo Daruiz Borsari assumiu, no
120 dia 28/05, a Secretaria de Saneamento e Recursos
Hídricos do Estado de São Paulo. O novo secretário,
que ocupava a Superintendência do DAEE
(Departamento de Águas e Energia Elétrica) substituiu
o Sr. Benedito Braga, o qual retorna à USP
125 (Universidade de São Paulo) e mantém sua atuação
na presidência do Conselho Mundial da Água. O
cargo de Superintendente do DAEE passou a ser
ocupado pelo Sr. Francisco Eduardo Loducca; **f)**
durante a 71ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica
130 de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, realizada
em Campinas, em 08/06/2018, foi aprovado o Plano
de Mídia da Agência das Bacias PCJ e Comitês PCJ
para o segundo semestre de 2018 e os primeiros
meses de 2019, que tratará principalmente de eventos
135 e campanhas institucionais, com atenção especial
quanto aos 25 anos de instalação do CBH-PCJ; **g)** o
Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM)



Ata da 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 28/06/2018

concluiu o processo de eleição dos novos membros dos comitês de bacias hidrográficas de Minas Gerais, cuja posse, bem como eleição das diretorias, será realizada na segunda quinzena de julho. O processo de nomeação dos eleitos foi concluído em 08/06/2018 para um mandato de 4 (quatro) anos, compreendendo o período 2017-2021; **h**) foi recebido do GAEMA-PCJ (Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente) o Ofício 397/2018, referente à Ação Civil Pública (ACP) nº 1000437-05.2018.8.26.0451, a respeito da composição do plenário do CBH-PCJ por segmentos, solicitando que se viabilize, nas próximas eleições do CBH-PCJ, à sociedade civil, ao menos metade do número total de membros votantes na composição do comitê, como ocorre para a composição do plenário do PCJ FEDERAL. O processo, no âmbito judicial, será conduzindo pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) tendo em vista ser o CBH-PCJ um órgão colegiado de Estado, sem personalidade jurídica, constituinte do Sistema Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, e que a alteração na composição, conforme questionado, tem implicações com a Lei (Paulista) nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Durante a realização da 71ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, realizada em 08/06/18, no município de Campinas/SP, que contou com a presença do Excelentíssimo Promotor Rodrigo Sanches Garcia, deliberou-se pela composição de Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Ação Civil Pública nº 1000437-05.2018.8.26.0451, até sua conclusão, o qual também estudará e promoverá discussões acerca da questão, podendo sugerir e coordenar ações visando à proposição de possível recomposição dos plenários dos Comitês PCJ no caso de ocorrer conclusão final favorável à necessidade da alteração pleiteada na ACP em questão. O Grupo de Trabalho, no âmbito da CT-PL, denominado GT-Acompanhamento da ACP, foi composto como segue: Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Prefeitura Municipal de Rio das Pedras; Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); Sindicato Rural de Rio Claro; Consórcio PCJ; Secretaria Executiva, e Fundação Agência das Bacias PCJ; **i**) está disponível no site dos Comitês PCJ a revista Balanço das Águas 2018, editada anualmente, que apresenta as ações realizadas pela Agência Nacional das Águas (ANA) no ano anterior. A nova edição apresenta um balanço sobre a Lei das Águas (Lei nº 9.433/97), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e completa 21 anos de existência; **j**) estão sendo realizadas oficinas para desenvolvimento do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo, desenvolvida pela Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA). Tal ferramenta é prevista na Política Nacional de Meio Ambiente e busca orientar o desenvolvimento ambiental, social e econômico do Estado, considerando suas potencialidades e vulnerabilidades naturais e socioeconômicas. A Sra. Sandra Jules, representante da SMA, realizou breve apresentação na qual explanou a respeito do instrumento, seus fundamentos e estratégias, focalizando nas cinco diretrizes estratégicas, a saber: resiliência às mudanças climáticas; segurança hídrica; salvaguarda da biodiversidade; economia competitiva e sustentável; redução das desigualdades regionais. As discussões no âmbito dos comitês de bacias, que atuarão como fóruns consultivos regionais, buscam levantar informações locais e aprimorar o nível de detalhe e especificidade. A “Oficina para construção participativa do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo” nas Bacias PCJ será realizada em 20 de julho de 2018, em local a ser definido. Mais informações estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. **3.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que **a**) foi realizado, em 26 de maio de 2018, evento de lançamento oficial do Projeto Mananciais Charqueada/São Pedro para realização dos Projetos Integrais de Propriedades (PIPs) de 31 propriedades dos municípios de Charqueada e São Pedro, uma ação desenvolvida a partir da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ. O investimento é de cerca de R\$ 375 mil, financiados pela Agência das Bacias PCJ, com recursos provenientes da Cobrança PCJ Federal (cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União). O projeto beneficiará 20 propriedades no município de Charqueada, e 11 propriedades em São Pedro, totalizando área de aproximadamente 4,5 mil hectares; **b**) de acordo com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 284/2017, de 15/12/2017, que aprova a nova redação da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ, e com a Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, de 15/12/2017, que define cronograma e regras para seleção de áreas e de propostas no âmbito da referida Política, foram protocolados 11 projetos, sendo 06 (seis) inerentes ao Programa I (Programa de Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse) e outros 05 (cinco) projetos no âmbito do Programa II (Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.) Ao fim do prazo de inscrição, em 07/06/2018, os proponentes foram os seguintes municípios: Salto, Jundiá, Piracicaba, Jaguariúna, Artur Nogueira, Piracaia, Limeira, Vinhedo, Charqueada e Socorro. A



Ata da 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 28/06/2018

partir de 11 de junho, deu-se início às análises técnicas pela equipe da Área Ambiental da Agência das Bacias PCJ. Posteriormente, o Grupo Técnico

255 Mananciais (GT-Mananciais) dos Comitês PCJ também analisará o mérito dos projetos protocolados, sendo que o período de análises técnicas tanto da Agência como do GT será finalizado em 31/07/18; c) em relação ao processo de revisão do Plano das

260 Bacias PCJ, que se encontra atualmente na fase de elaboração dos Cadernos Temáticos, o Sr. Sergio lembrou da importância da participação nas reuniões conjuntas de construção desses produtos, solicitando que os membros mantenham-se informados

265 consultando o site dos Comitês PCJ sobre a agenda de trabalhos e as discussões em pauta, em cada reunião, buscando intensa participação para levantamento das demandas e apropriada elaboração dos Cadernos. **3.3. dos Membros dos Plenários:** O

270 Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Jorge Mercanti, coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) e representante do CIESP DR Campinas, que informou sobre o Seminário “Perspectivas para Reuso de

275 Efluentes voltados à Indústria nas Bacias PCJ”, que contou com a participação de mais de 80 pessoas, apresentando palestras de representantes da indústria, do setor de saneamento, de órgãos ambientais, com discussões encaminhadas ao plenário da CT-Indústria

280 para composição de grupo técnico voltado à temática de reúso de efluentes voltados à indústria, e agradeceu ao Centro de Conhecimento da Água, da SANASA, pela cessão das dependências para realização do evento. Dando prosseguimento à reunião, passou ao item **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Ata da 21ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27/04/18, nas dependências da DAE S.A. – Água e Esgoto, no município de Jundiá/SP:** O Sr. Moretti explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no Município de Jundiá/SP, e questionou aos membros sobre a necessidade de sua leitura. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestações, colocou a minuta de ata em votação, sendo aprovada por

285 unanimidade, sem alteração. **4.2. Deliberação dos Comitês PCJ nº 293/18, de 28/06/2018: “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ”:** O Sr. Moretti, informou que, em razão da anormalidade no abastecimento e locomoção, decorrentes do movimento reivindicatório dos caminhoneiros no Brasil, o prazo para inscrição de áreas e propostas no âmbito da Política de Mananciais PCJ, que se encerraria em 30 de maio, segundo Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, de 15/12/2017, foi

300 postergado para o dia 05 de junho, buscando minimizar possíveis dificuldades oriundas das limitações logísticas e de abastecimento registradas durante a então última semana de inscrições, segundo

305

310 cronograma inicial. Dessa forma, foi apresentada a deliberação que referenda ato dos presidentes dos Comitês PCJ estabelecido pela Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 292/18, de 28/05/18, que altera prazos para inscrição de áreas e de propostas no âmbito da Política de Mananciais PCJ, estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, de 15/12/2017, para análise e encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti abriu para discussão, e, não havendo manifestações, colocou a minuta de deliberação que ratifica esse ato em votação, sendo aprovada por unanimidade. **4.3. Deliberação dos Comitês PCJ nº 294/18, de 28/06/2018, que “Aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2018 – ano base 2017”:** O Sr. Moretti informou que a Lei Estadual Paulista nº 7.663/91, em seu art. 19, determina que seja publicado anualmente relatório sobre a “Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas” do Estado de São Paulo. O prazo para a deliberação do documento final pelos comitês do Estado de São Paulo é 30 de junho, conforme estabelecido na legislação paulista. O Sr. Moretti informou ainda que, no âmbito dos Comitês PCJ, a Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) tem a tarefa de acompanhar e avaliar a elaboração desses relatórios nas Bacias PCJ, condição atribuída pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 108/2011. Dessa forma, o acompanhamento por parte da CT-PB do processo de elaboração do Relatório de Situação se deu durante todo o processo de construção, sendo

320

325

330

335

340

345

350

355

360

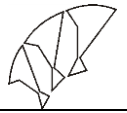
365



Ata da 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 28/06/2018

das Bacias PCJ 2010 a 2020; Anexo 4: Principais atividades realizadas dos Comitês PCJ para o ano de 2017; Anexo 5: Plano de Ação para o Quadriênio 2016-2019 da UGRHI 5. Na sequência, passou ao detalhamento dos tópicos relativos à caracterização das Bacias PCJ, com destaques para o quadro síntese da situação dos recursos hídricos e à avaliação da gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ). Após a caracterização inicial das Bacias PCJ, o Sr. Eduardo Leo passou aos destaques do quadro-síntese da situação dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. Quanto à disponibilidade per capita das águas superficiais, destacou o valor de 980,96 m³/hab, caracterizado como índice crítico (abaixo de 1500 m³/hab); também foram apresentados dados sobre demanda de água por finalidade e tipo; balanço hídrico; índices de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos); entre outros aspectos. Quanto à avaliação da gestão dos Comitês PCJ, foram apresentadas como orientações quanto à necessidade de consolidação de pautas de discussão que fomentem a participação dos membros e o incentivo a ações voltadas à mobilização social, com a participação da sociedade nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e a necessidade de fortalecer mecanismos de divulgação e comunicação, buscando dar maior acessibilidade às informações técnicas e à disseminação dos tópicos discutidos e encaminhados nas reuniões. Foi identificada, também, a redução percentual na frequência média de participação dos membros dos Comitês PCJ nas reuniões plenárias, apesar do aumento do número de deliberações em 2017, que totalizaram 25 (vinte e cinco) em relação à 2016, que totalizaram 16 (dezesesseis). Subsequente a esta explanação, o Sr. Eduardo Leo apresentou um panorama integrado das informações contidas no Relatório de Situação PCJ 2018 – ano base 2017 e concluiu a apresentação. Em seguida, o Sr. Moretti colocou em votação a minuta de deliberação dos Comitês PCJ que aprova o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2018 – ano base 2017”, sendo aprovada por unanimidade. **4.4. Deliberação dos Comitês PCJ nº 295/2018, de 28/06/2018, que “Aprova o Relatório Final da “Atualização do Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à conservação de água nas Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”, e dá outras providências”:** O Sr. Moretti informou que a Agência das Bacias PCJ contratou, no ano 2017, por meio de processo licitatório, a empresa Irrigart Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos e Meio Ambiente LTDA – EPP, para execução dos serviços afetos à Atualização do Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à conservação de água nas Bacias

PCJ, conforme Termo de Referência elaborado e aprovado em conjunto com os Comitês PCJ, e que foi desenvolvido processo de ampla discussão com participação das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ e realização de três Reuniões Públicas nos municípios de Nova Odessa/SP e Piracicaba/SP. O Sr. Moretti informou também que a Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) dos Comitês PCJ, em sua 82ª Reunião Ordinária, realizada no dia 09 de maio de 2018, no município de Piracaia/SP, apreciou o conteúdo do Relatório Final da atualização do plano em questão, considerando-o aprovado para fins de encaminhamento para apreciação da CT-PL; bem como, a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ, manifestou-se igualmente a favor da aprovação do Relatório Final da “Atualização do Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à conservação de água nas Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”. Na sequência, passou a palavra a Sra. Mayra Melo, representante da Irrigart, para apresentação do Relatório Final da “Atualização do Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à conservação de água nas Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”. A Sra. Mayra informou que o processo de atualização do Plano Diretor contou com o acompanhamento de representantes da Agência das Bacias PCJ e das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ, e validado após três reuniões públicas, ocorridas em Nova Odessa (01/08/2017 e 27/10/2017) e Piracicaba (06/02/2018). A base cartográfica utilizada foi alinhada à base utilizada na atualização do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, realizada pelo Consórcio Profill-Rhama (limite das bacias PCJ, limites municipais, limite das áreas de contribuição, hidrografia, áreas urbanas e periurbanas, uso do solo, suscetibilidade à erosão, áreas de mananciais, pedologia). A primeira etapa do projeto constituiu, majoritariamente, na aplicação de técnicas de geoprocessamento. A partir de dados secundários, foi possível o cruzamento de informações objetivando a delimitação de áreas de demanda florestal e posteriormente a hierarquização dessas áreas, com base nos dados de excedente hídrico, criticidade hídrica e abastecimento público. Assim, o R1 apresentou (1) divisão e classificação das áreas de contribuição, (2) mapeamento das áreas com demanda florestal, (3) hierarquização das áreas de contribuição. O Relatório 2 – Plano de Recomposição Florestal em escala local, contemplou a organização de conjunto de informações (“Kit de dados básicos”), a elaboração de manual técnico para o mapeamento de áreas prioritárias locais, a elaboração de roteiro de



Ata da 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 28/06/2018

480 Plano de Recomposição Florestal Local, e o Projeto
Piloto: Mapeamento de áreas prioritárias locais, com
objetivo de testar e validar as diretrizes de
priorização de áreas para projetos locais descritas no
manual. Foi estabelecida como área piloto a área de
485 contribuição denominada JUNA 168, localizada na
bacia do Rio Jundiáí, trecho da sub-bacia do Rio
Jundiáí-Mirim. A partir da identificação de áreas
prioritárias, foi elaborado mapa de prioridade para
recomposição florestal da área de contribuição, como
490 modelo orientativo aos demais projetos. O R3, que
trata da elaboração do plano de monitoramento
hidrológico e de recomposição florestal e definição
de estratégias para implementação do Plano Diretor
Florestal contempla os seguintes temas:
495 monitoramento hidrológico, monitoramento da
recomposição florestal, elaboração de estratégias e
plano de metas e ações. A Sra. Mayra procedeu à
explicação do plano de monitoramento hidrológico, o
qual relaciona os indicadores com a forma de
500 monitoramento, justificativa, periodicidade e método
de análise de dados, apresentando orçamento dos
equipamentos e serviços indicados. Após, apontou as
estratégias para implantação do Plano Diretor,
destacando a importância da articulação entre
505 municípios, a recomposição florestal em uma bacia
como um todo, o incentivo à criação do IPTU verde,
o contato direto com o proprietário rural, a
aproximação da população em geral ao Plano Diretor
de Recomposição Florestal, o incentivo à contratação
510 de técnicos especializados pelas prefeituras. Na
sequência, apresentou o plano de metas, a ser
atualizado a cada quatro anos, estabelecendo-se
novos investimentos de acordo com as
disponibilidades, que inter-relaciona os Programas de
515 Duração Continuada (PDCs) e suas subdivisões com
as metas, ações previstas, agentes envolvidos, fontes
de financiamento e orçamentos a curto, médio e
longo prazo, ações estas elaboradas e quantificadas
em consonância com os objetivos propostos na
520 revisão do Plano das Bacias PCJ. Após a explanação,
o Sr. Moretti informou que a CT-RN e a CT-Rural se
manifestaram pela aprovação do relatório em
questão, e abriu para considerações por parte dos
presentes. Não havendo manifestações, submeteu a
525 minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 295/18,
que aprova o Relatório Final da “Atualização do
Plano Diretor para Recomposição Florestal visando à
conservação de água nas Bacias Hidrográficas dos
rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí”, e dá outras
530 providências, à apreciação dos Plenários. Não
havendo manifestações quanto ao conteúdo da
minuta, submeteu-a à votação, a qual foi aprovada
por unanimidade. O Sr. Sergio Razera informou que,
uma vez aprovada a atualização do Plano Diretor,
535 será enviado um CD com o kit de dados cartográficos
e metodologia para o gabinete dos prefeitos dos

municípios das Bacias PCJ, disponibilizando a
Agência das Bacias PCJ para suporte e orientação de
uso das ferramentas aos interessados, buscando a
540 efetiva implantação do Plano. **4.5. Deliberação dos
Comitês PCJ nº 296/18, de 28/06/2018, que
“Aprova calendário, Edital, procedimentos
eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as
eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ
545 FEDERAL), para o mandato 2019/2021, e dá
outras providências”:** O Sr. Moretti informou que,
em função da necessidade de se definirem prazos,
normas, procedimentos e critérios para orientar o
processo de escolha dos representantes dos órgãos e
550 entidades governamentais, dos municípios, dos
usuários de recursos hídricos e das organizações civis
para composição dos Plenários do CBH-PCJ e PCJ
FEDERAL, foi elaborada minuta de deliberação dos
Comitês PCJ para aprovação de calendário, Edital,
555 procedimentos eleitorais e constituição de Comissão
Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ, para o
mandato 2019/2021. Na sequência, o Sr. Moretti
colocou o conteúdo da minuta de Deliberação dos
Comitês PCJ nº 296/18, que aprova calendário,
560 Edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão
Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (federal e
paulista), para o mandato 2019/2021, e dá outras
providências, em discussão e nada havendo,
submeteu-a à votação, sendo aprovada por
565 unanimidade. O Sr. Moretti informou sobre a
necessidade de ser composta uma comissão eleitoral
para acompanhamento do processo, expressa no §1º
do Art. 3º da minuta de deliberação. A Comissão
Eleitoral foi composta como segue: a) Vice-
570 Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ
FEDERAL, que será o seu coordenador; b) Secretário
Executivo dos Comitês PCJ; c) Secretário Executivo
Adjunto do CBH-PCJ; d) representantes do Estado de
São Paulo, nos Plenários do CBH-PCJ ou do PCJ
575 FEDERAL, sendo 1 (um) representante titular de
cada segmento do setor “Usuários de Recursos
Hídricos” (ASSEMAE – Setor Abastecimento
Público; Sindicato Rural de Rio Claro – Setor
Irrigação; FIESP - setor Indústria); 1 (um)
580 representante titular e 1 (um) suplente do segmento
“Organizações Civas”, sendo o titular o Fórum das
Américas e o suplente o Rotary International –
Distrito 4590; 1 (um) representante titular e 1 (um)
suplente do segmento dos “Municípios” escolhidos
585 dentre os membros dos Comitês PCJ, sendo a titular a
Prefeitura Municipal de Holambra e a suplente a
Prefeitura Municipal de Itirapina; 1 (um)
representante titular e 1 (um) suplente do segmento
dos “Órgãos de Governo” escolhidos dentre os
590 membros dos Comitês PCJ, sendo o titular a
Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento
e o suplente a Secretaria de Estado de Meio
Ambiente; e) 1 (um) representante do Segmento



Ata da 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 28/06/2018

Órgãos de Governo, representante dos órgãos e entidades do Governo Federal, a ser indicado pelo 3º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL; f) 4 (quatro) membros indicados pelo CBH-PJ1, um de cada segmento (órgãos de governo, municípios, usuários de recursos hídricos e organizações civis). Na sequência, o Sr. Moretti abriu para manifestações dos presentes quanto à composição da Comissão Eleitoral. Não havendo manifestações, submeteu o conteúdo da minuta de deliberação conforme apresentado à apreciação pelos Plenários, sendo aprovado por unanimidade. **4.6 Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/2018, de 28/06/2018, que “Define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Compensação Financeira/royalties e das Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, referentes aos orçamentos de 2019 e 2020 e dá outras providências”:** O Sr. Moretti informou que a minuta de deliberação em questão, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da compensação financeira/royalties e das Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, referentes aos orçamentos de 2019 e 2020 e dá outras providências, foi elaborada pelo GT-Critérios, criado no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, o qual realizou 4 (quatro) reuniões, nos dias 13/03/2018; 16/04/2018; 09/05/2018 e 22/05/2018, para análise e revisão dos critérios gerais e específicos, acrescentando e compatibilizando critérios, levando em consideração a revisão do Plano das Bacias PCJ 2010/2020 e a disponibilidade de recursos da compensação financeira/royalties e das Cobranças PCJ. Informou que mediante a conclusão da Etapa 1 da Revisão do Plano das Bacias PCJ, aprovada durante a 21ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em Jundiá/SP, na data de 27 de abril de 2018, forneceu subsídios no tocante à verificação das demandas das Bacias PCJ no que diz respeito a esgotamento sanitário e ao combate às perdas nos sistemas de abastecimento. Foram elaboradas hierarquizações de municípios quanto à prioridade de ações em relação a essas duas questões, sendo tais priorizações, apontadas na Revisão do Plano de Bacias, utilizadas como base e constantes como anexos da minuta de deliberação em questão. A partir disso, foi criada a categoria “Demanda Priorizada”, além de “Demanda Espontânea” como formas de captação de recursos. O Sr. Moretti informou também que os recursos financeiros disponíveis para 2019 e 2020 serão inferiores aos de 2018 pois no último

exercício utilizou-se 60% dos valores encaminhados aos Comitês PCJ pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para 2019, 60% dos valores da Cobrança Estadual Paulista para 2019, além de 100% da Cobrança Federal para 2019. Assim sendo, os valores disponíveis para 2019 correspondem a 40% do orçamento do FEHIDRO e da Cobrança Estadual Paulista dos Comitês PCJ neste exercício. Considerando esta redução, foi pensada a estratégia de elaboração de um edital abrangendo os exercícios de 2019 e 2020. As seleções deverão ocorrer em 2019, mas as indicações de empreendimentos para financiamento ocorrerão em ambos os anos conforme valores disponíveis para cada ano. Considerando que existem priorizações dadas pela Revisão do Plano de Bacias que serão seguidas para fins de financiamento de ações, a Agência das Bacias PCJ realizará visitas a alguns dos municípios priorizados, que no total correspondem a 15 (quinze) para esgotamento sanitário e 67 (sessenta e sete) para combate às perdas, além de enviar ofício informando da condição de prioritário a todos os municípios elencados como tal. As visitas ocorrerão entre os dias 02 de julho e 28 de setembro de 2018. Essas ações têm como objetivo informar os dirigentes dos municípios de suas condições prioritárias e auxiliá-los quanto aos processos e documentação a ser reunida visando à tomada dos recursos. O Sr. Moretti informou que as inscrições para protocolos de empreendimentos estarão abertas entre os dias 06 e 08 de novembro de 2018 e, entre 09 de novembro de 2018 e 08 de fevereiro de 2019 será realizada análise dos empreendimentos inscritos, pela Agência das Bacias PCJ, órgãos licenciadores e outorgantes e pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ. A divulgação dos projetos pré-aprovados será realizada em 04 de março de 2019. O detalhamento das datas, prazos e procedimentos consta na minuta de deliberação apresentada. O Sr. Moretti informou que os empreendimentos inscritos como “Demanda Espontânea” serão contemplados após o atendimento aos projetos inscritos como “Demanda Priorizada”, conforme saldo de recursos eventualmente disponível. A seguir, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 297/18, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada e Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Compensação Financeira/royalties e das Cobranças PCJ (federal e paulista) pelo uso dos recursos hídricos, referentes aos orçamentos de 2019 e 2020 e dá outras providências em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.7. Deliberação dos Comitês PCJ nº 298/18, de 28/06/2018, que : “Aprova proposta de atualização dos valores**



Ata da 16ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Extrema/MG, em 28/06/2018

710 **cobrados pelo uso dos recursos hídricos em rios de**
domínio da União nas Bacias PCJ, referentes aos
715 **exercícios anteriores à aprovação da Resolução**
CNRH nº 192, de 19 de dezembro de 2017”: O Sr.
Moretti informou que existe a necessidade de propor
reajustes nos valores a serem cobrados na Cobrança
Federal para o exercício 2019 e anos posteriores,
720 conforme Resolução do Conselho Nacional de
Recursos Hídricos – CNRH nº 192, de 19 de
dezembro de 2017, que dispõe sobre o procedimento
para atualização dos preços públicos unitários
cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio
725 da União. Informou, ademais, que o §2º do Art. 3º da
Resolução CNRH nº 192/2017 estabelece que, caso o
Comitê não apresente a proposta para a recomposição
dos valores cobrados nos exercícios anteriores à
aprovação da referida Resolução, aplicar-se-á, para o
730 exercício de 2019, a variação do IPCA/IBGE ao
preço público unitário vigente do mês da sua
aprovação, por Resolução do CNRH, até o mês de
outubro de 2018. Dessa forma, segundo a
interpretação da Agência das Bacias PCJ e da
735 Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, a estimativa
do IPCA acumulado entre janeiro/2017 e
outubro/2018 deveria ser tomada por base, o que
corresponderia a 7,61%, a incidir sobre os Preços
Públicos Unitários (PPUs) de 2016. Neste cenário, os
740 PPU's seriam estabelecidos da seguinte forma para
2019: Captação de água bruta: R\$ 0,0137; Consumo
de água bruta: R\$ 0,0274; Lançamento de efluentes:
R\$ 0,1371; Transposição de bacia: R\$ 0,0206. Tais
valores correspondem a um acréscimo de 5,38%
745 sobre o valor cobrado em 2018. Diante do exposto, o
Sr. Moretti informou que a proposta de atualização
dos preços públicos unitários da cobrança federal
pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, para o
exercício 2019, seria com base na variação do IPCA
750 do período de novembro/2016 a outubro/2018, a ser
aplicada nos preços públicos unitários praticados no
exercício de 2016, ratificando a aplicação dos termos
do art. 2º da Resolução CNRH no 192/17, para os
exercícios seguintes a 2019. Após as explicações o
Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações. O Sr.
Alexandre Vilella, representante da Federação das

755 Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP),
posicionou-se contrário aos termos da Resolução
CNRH nº 192/2017, e ao reajuste automático dos
valores da cobrança, bem como destacou a atuação
dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ na
760 condução da questão e elaboração da proposta em
pauta. O Sr. Hugo Leme, representante da
Associação Nacional dos Serviços Municipais de
Saneamento (ASSEMAE), informou que a proposta
para recomposição dos valores não pôde ser nula pois
765 é necessária aprovação pelo CNRH, o que poderia
não ocorrer nessas condições, pois dessa forma seria
procedido conforme interpretação da Agência
Nacional de Águas, nos termos do §2º do Art. 3º da
Resolução CNRH nº 192/2017. O Sr. Hélio Rubens,
770 representante da Companhia de Saneamento
Ambiental do Estado de São Paulo (SABESP),
manifestou concordância com a exposição do Sr.
Alexandre Vilella, contrário à Resolução CNRH nº
192/2017. O Sr. André Elia, representante da União
da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA),
775 manifestou concordância à exposição do Sr.
Alexandre Vilella quanto às críticas à Resolução
CNRH Nº 192/2017 e ao destaque à atuação dos
Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ para o
equacionamento da questão. Não havendo novas
780 manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de
Deliberação dos Comitês PCJ nº 298/2018, com
ajustes de redação apresentados, à votação, a qual foi
aprovada com 11 (onze) votos contrários da: 01 (um)
voto da FIESP, 01 (um) voto da CIESP – DR
Campinas, 01 (um) voto da CIESP – DR Indaiatuba,
785 01 (um) voto da CIESP – DR Jundiá, 01 (um) voto
da CIESP – DR Limeira, 01 (um) voto da CIESP –
DR Piracicaba, 01 (um) voto da CIESP – DR Santa
Barbara D'Oeste, 01 (um) voto da ÚNICA, 01 (um)
SABESP (segmento Órgãos de Governo), 02 (dois)
SABESP (segmento Usuários). **5. Encerramento:**
790 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Barjas Negri
agradeceu a presença de todos e deu a reunião por
encerrada.

795

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ1 e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

BARJAS NEGRI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL